

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.491 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2002

Presidenciáveis vão participar de debates sobre habitação

Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano tomou a iniciativa de convidar pré-candidatos à Presidência da República para o ciclo “Moradia – Um Sonho Possível”, que começa hoje. Objetivo é incluir as questões da habitação e do desenvolvimento urbano na agenda política do país.



Problemas de moradia e desenvolvimento urbano estarão em debate no ciclo que será iniciado no Senado

PÁGINA 3

Waldemar Rodrigues

PFL indica hoje relator da emenda que prorroga CPMF

PÁGINA 4

Municípios beneficiados: os que se localizam a até 450 quilômetros das fronteiras com Argentina, Paraguai e Uruguai e se situam nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Benefícios: investimentos para instalação de centros de convivência social rural, obras de infra-estrutura, defesa sanitária, proteção ao meio ambiente e criação de núcleos de pesquisa científica

Objetivos: fortalecimento da agricultura familiar e fixação do homem no campo

Plenário examina benefício para região de fronteiras do Mercosul

PÁGINA 2

Hartung quer mais atenção à política monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar hoje projeto do senador Paulo Hartung que obriga as autoridades a prestarem contas ao Senado das decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A proposta tem parecer favorável de Bello Parga.

PÁGINA 3



Álvaro Dias: candidatos devem ter propostas para geração de emprego

Álvaro defende programas de combate ao desemprego

PÁGINA 4

Roosevelt Pinheiro



João Alberto é autor da proposta que define horários apropriados por faixa etária

Classificação para programas de TV pode ser recriada

A Comissão de Educação (CE) analisa hoje projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que recria a classificação etária para as diversões e espetáculos públicos. Os programas considerados impróprios para telespectadores de até 12 anos, de acordo com a proposta, somente poderão ser veiculados pelas emissoras de televisão a partir das 20h, e aqueles não recomendados para menores de 18 anos, a partir das 23h. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O Ministério da Justiça chegou a editar uma portaria em setembro de 2000, estabelecendo a classificação etária, como prevê o art. 220 da Constituição. Mas a medida foi suspensa pela Justiça a pedido da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), sob o argumento de que a classificação só poderia ser feita por meio de lei federal. O texto da proposição de João Alberto repete o conteúdo da portaria.

Será examinado ainda pela comissão projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que classifica como crime de responsabilidade a recusa de vaga em escola pública de ensino fundamental aos filhos de profissionais que exercem atividade itinerante. A proposta tem parecer favorável, com emenda, do relator, senador Paulo Hartung (PSB-ES).

Plenário analisa Programa Grande Fronteira do Mercosul

Municípios em região limítrofe com Argentina, Paraguai e Uruguai poderão ser beneficiados com investimentos em infra-estrutura e pesquisa

Os municípios dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que estejam localizados a até 450 quilômetros das fronteiras com Argentina, Paraguai e Uruguai poderão ser beneficiados pelo Programa Grande Fronteira do Mercosul, cuja criação está prevista em projeto de lei da Câmara, a ser analisado hoje, em Plenário.

De acordo com o projeto, que tem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os municípios receberão investimentos para instalação de centros de convivência rural, de infra-estrutura, defe-

sa sanitária, proteção ao meio ambiente e de núcleos de pesquisa científica. Entre os objetivos do programa, estão os de fortalecer a agricultura familiar e promover a fixação do homem no campo.

Começa também a ser discutida em Plenário a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a recondução dos dirigentes de administração do desporto por mais de um período consecutivo. Ao justificar a proposta, o autor sustenta ser necessário acabar com "as verdadeiras dinastias que se perpetuam na direção de entidades desportivas".

Em seu parecer favorável, o relator da matéria, Álvaro Dias (PDT-PR), afirma que a aprovação da proposta irá significar a "democrática conquista de mudança do futebol" brasileiro. Ele diz também que, ao presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, no ano passado, tomou conhecimento de "desmandos" nas entidades esportivas.

O Plenário examinará três projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de uma emissora de frequência modulada em Tucano (BA) e de duas rádios comunitárias em Massapê (CE) e São Francisco do Conde (BA).

Comissão avalia plebiscito sobre a Alca

A implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é objeto de dois dos sete itens da pauta da reunião de hoje da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Roberto Saturnino (sem partido-RJ) elaborou projeto de decreto legislativo, convocando plebiscito sobre a suspensão das negociações para ingresso do Brasil na Alca, e o deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou requerimento para audiências públicas nos estados sobre as consequências do bloco.

Em relação ao projeto de Saturnino, já está em fase de discussão

adendo ao relatório oferecido pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Apesar de favorável à iniciativa, a relatora reduz de 20 para 15 anos o prazo de suspensão dessas negociações e substitui o plebiscito (consulta popular prévia) por referendo (consulta popular posterior). Assim, a população brasileira só iria pronunciar-se sobre o assunto após assinado o acordo de adesão à Alca.



Saturnino defende realização de consulta popular prévia

Quanto às audiências públicas, seriam realizadas pela Comissão do Mercosul em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O deputado Inácio Arruda apresentou outro requerimento de audiência pública, so-

bre projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção de Comércio dos Estados Unidos da América.

Afastamento de Bustani será debatido hoje

As razões do afastamento do embaixador José Maurício Bustani do cargo de diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), serão esclarecidas hoje, a partir das 17h30, em

audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento para realização da audiência foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

Integra ainda a pauta da CRE projeto de decreto legislativo de

Roberto Requião (PMDB-PR) que anula concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori. Foragido da Justiça peruana, Fujimori foi condecorado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso após o conflito armado entre Peru e Equador.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

9h30 — Recebe o vice-presidente mundial da Coca-Cola, Brian Dyson
10h30 — Recebe o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Francisco Antônio de Oliveira
14h40 — Recebe o presidente da República da Armênia, Robert Kocharian
15h30 — Preside a sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
17h00 — Participa da Cerimônia de outorga do Ordem do Mérito das Comunicações, no Salão Nobre do Palácio do Planalto

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; PLC nº 105/01, dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; e Requerimento nº 197/02, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 37/01.

COMISSÕES

Terça-feira
9h — Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco

15h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Após Ordem do Dia — Subcomissão Permanente do Esporte

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores debatem moradia com presidentiáveis

Subcomissão inicia ciclo de discussão com objetivo de incluir o tema na agenda dos candidatos à Presidência da República. Anthony Garotinho é o convidado de hoje, juntamente com o campeão mundial de boxe Acelino Popó

Ministério da Defesa pode receber crédito suplementar

O Ministério da Defesa poderá dispor, este ano, de crédito suplementar no valor de R\$ 360 milhões em suas dotações orçamentárias. O pedido de suplementação de recursos recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que deverá apresentá-lo à Comissão Mista de Orçamento durante reunião ordinária prevista para hoje, a partir das 14h30.

A comissão deverá apreciar também relatório do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) favorável a projeto que prevê a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica nos municípios da região do Baixo São Francisco, em Sergipe,



Gilberto Mestrinho elaborou parecer favorável ao pedido de suplementação de recursos

que vão formar o Canal de Xingó.

A Comissão Mista de Orçamento realiza suas reuniões no plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Hartung quer mais atenção para política monetária

Por desencadear uma série de repercussões para a vida econômica do país, determinando indiretamente os níveis de produção, compras e empregos, a política monetária deve ser acompanhada com mais atenção pelo Senado. É esse o entendimento do senador Paulo Hartung (PSB-ES), que apresentou projeto de lei obrigando as autoridades monetárias a prestarem contas ao Senado das decisões adotadas no Comitê de Política Monetária (Copom). O projeto deve ser examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador licenciado Bello Parga (PFL-MA), que preferiu limitar a prestação de contas a duas vezes por ano, em vez de, como queria o autor, sem limite e imediatamente após as reuniões realizadas pelo Copom.

“CAIXA PRETA”

Hartung é também autor do projeto que fixa regras mais claras para emissão de moeda e do que obriga o comparecimento do presidente do Banco Central (BC) ao Senado a fim de prestar contas ao final de cada programação monetária e apresentar a programação monetária trimes-



Paulo Hartung: política monetária é tratada como “caixa-preta” no Banco Central

tral que se inicia.

Com as medidas, Hartung afirma que estará trazendo para o centro das preocupações do Senado as definições da política monetária, atualmente, diz, tratadas “como uma caixa-preta” no BC.

— Essas medidas mexem com os níveis das taxas domésticas de juros, e, portanto, com o nível de produção e de vendas, relacionando-se, assim, com a geração de empregos — declara. Hartung entende que vários segmentos da administração pública ganharam elevado grau de transparência, o que não aconteceu com a definição e a execução da política monetária.

As questões da moradia e desenvolvimento urbano, abordadas no Estatuto da Cidade, poderão ser incluídas na agenda política dos candidatos à Presidência da República. É esse o objetivo do ciclo de debates “Moradia – Um Sonho Possível”, que será aberto hoje, às 9h, no Senado.

A iniciativa de agregar o tema à pauta dos presidentiáveis partiu da Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e presidida pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Além do pré-candidato à Presidência da República pelo PSB e ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, o primei-



Mauro Miranda preside a Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano

ro encontro deve contar com a presença do campeão mundial de boxe Acelino Popó Freitas, da coordenadora do Fórum Nacional de

Reforma Urbana, Grazia de Grazia, e do presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang.

Ao propor a discussão de novas alternativas para ampliar a oferta de moradias e ordenar a ocupação urbana, Mauro Miranda espera que seja revertido o “dramático” quadro habitacional das cidades brasileiras. O debate de hoje deverá ser enriquecido, por exemplo, com a experiência de Popó, ex-morador de rua, que se preocupou em usar a primeira renda recebida com o boxe para construir uma pequena casa para a mãe em um bairro da periferia de Salvador (BA).

Projeto torna horário de verão permanente

Deve ser examinado hoje, a partir das 15h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, projeto de lei da Câmara que institui o horário de verão em caráter permanente em alguns estados. Conforme a proposta, o horário especial vigorará todos os anos, a partir de zero hora do terceiro domingo do mês de outubro até zero hora do segundo domingo do mês de fevereiro, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

A comissão deverá votar também projeto de lei, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que exclui do horário de verão Goiás, Tocantins e Distrito Federal. O

projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), e um voto contrário, em separado, do senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Segundo Eduardo Siqueira Campos, o projeto que torna permanente o horário de verão tem como base relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que aponta redução no consumo global de energia de 3,8% no período de 1997/1998 por causa da adoção do horário.

Maguito Vilela e Mauro Miranda destacam que a medida é inócua para Goiás, Tocantins e Distrito Federal, onde “a duração dos dias e das noites é praticamente a mesma ao longo do ano inteiro”.

Os dois representantes de Goiás afirmam que, no horário de verão do ano passado, enquanto a economia para o sistema integrado brasileiro foi de 2.997 MW/h

(megawatts/hora) no período de ponta, no Distrito Federal e em Goiás a redução de consumo foi, respectivamente, de apenas 25 MW/h e de 36 MW/h. Assinalam, ainda, que o horário de verão, em razão do crescimento da violência, aumenta os riscos para os trabalhadores, que têm de sair de casa para o trabalho antes de o dia amanhecer.

No voto em separado, o senador Geraldo Melo contesta os argumentos do autor e do relator do projeto, destacando que “qualquer economia de energia é importante para o país”, num momento em que se luta “contra os riscos de apagões”, não fazendo sentido a exclusão de “apenas três unidades da Federação”. Afirma que, se os trabalhadores têm de sair no escuro para o trabalho, em compensação podem voltar para casa ainda com o dia claro.

Infra-Estrutura examina criação de rodovias

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverá examinar hoje propostas de mudança de trajetos e de criação de rodovias federais nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Todos os projetos sobre o assunto receberam pareceres favoráveis.

De autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) e relatada por Iris Rezende (PMDB-GO), a primeira proposição repõe parte do percurso original da BR-080, suprimida em 1986. Originalmente, segundo o relator, aquela estrada foi projetada para ter 3.227 quilô-

metros, ligando Brasília a Manaus. Em dezembro de 1986 o traçado foi alterado para Brasília-Uruaçu-São Miguel do Araguaia e entroncamento da BR- 158.

A comissão deve examinar também proposta de Carlos Bezerra que modifica o traçado da BR-242, de modo a beneficiar as microrregiões geográficas de Alto Teles Pires e Parecis, no Mato Grosso, o que sig-



Romero Jucá propõe a construção de rodovias federais em

nificaria aumentar a estrada em mais 203 quilômetros. O relator da matéria é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) terá três projetos examinados pela CI, todos prevendo a construção de rodovias federais. Na primeira proposta, está prevista a criação da BR-438, ligando São João da Baliza a Rorainópolis.

PFL escolhe hoje relator da emenda que prorroga CPMF

Agripino reafirma posição contrária a urgência para matéria. Já Artur da Távola, líder do governo, anuncia reuniões visando acelerar a votação

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), informou que o partido decide hoje quem será o relator da proposta de emenda constitucional que prorroga, até o final de 2004, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele acredita que a relatoria deverá ficar com o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ou com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão será tomada durante encontro de José Agripino com Bernardo Cabral.

A proposta está aguardando exame na CCJ, mas não há previsão de quando será votada. O relator, além de analisar o projeto aprovado pela Câmara, dará parecer sobre emendas que a matéria estará recebendo nos próximos dias. A primeira delas é do senador Francelino Pereira (PFL-MG), o qual propõe que o



Conforme o líder José Agripino, relatoria poderá ficar com Romeu Tuma ou Bernardo Cabral

dinheiro da CPMF seja distribuído entre União, estados e municípios. Atualmente, os recursos ficam exclusivamente com o governo federal, para aplicação em saúde, Previdência Social e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Agripino reafirmou ontem que o PFL mantém sua posição de não pedir urgência na tramitação da proposta. Apesar disso, o governo continua tentando acelerar a prorrogação da cobrança da CPMF, cuja vigência terminará dia 16 de junho.

Cada semana sem prorrogação significará uma queda de R\$ 420 milhões nas receitas federais.

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), informou que serão realizadas novas reuniões com os líderes pefelistas, objetivando acelerar a discussão da matéria. “Se conseguirmos um acordo com todas as lideranças partidárias, a tramitação do projeto pelas comissões será mais rápida. E se obtivermos urgência, os pareceres poderão ser apresentados em Plenário, e não nas comissões, o que tornará o andamento ainda mais rápido”, observou. Conforme Távola, os partidos, exceto o PFL, concordam com a urgência para a CPMF.

O líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN), está tentando apoio para apresentar proposta de emenda à Constituição destinada a reduzir o prazo de vigência da prorrogação da CPMF.

Ademir defende reação a aumento do IOF

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) conclamou os parlamentares a não aceitarem novo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Esse aumento foi anunciado pelo governo para cobrir a perda de arrecadação com o atraso na aprovação da emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A CPMF tem validade até 16 de junho.

Para evitar uma interrupção em sua cobrança seria necessário que o Congresso Nacional tivesse aprovado a prorrogação da CPMF até 17 de março, já que a Consti-

tuição exige um interregno de três meses para que a contribuição seja efetiva.

Ademir Andrade lembrou que o aumento do IOF é uma decisão unilateral do Executivo. Para ele, “o governo não tem qualquer escrúpulo em passar por cima do Congresso quando seus interesses são contrariados”.

— Ou bem o Executivo respeita o Congresso e a deliberação das bancadas que aqui têm representação, ou bem ele instala uma “di-



Ademir Andrade disse que elevação dos tributos é exigência do FMI

tadura”, como essa da imposição de um aumento descabido — afirmou o senador.

De acordo com Ademir Andrade, os aumentos de impostos ocorrem em função do cumprimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O parlamentar lembrou ainda que a carga tributária do país aumentou em 50% desde 1993, passando do correspondente a 22,37% do Produto Interno Bruto (PIB) para 32,3%, em 2001.

marcada para após a ordem do dia. O convite aos dirigentes das três entidades foi formulado pelos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Luiz Otávio (PPB-PA).

A Subcomissão Permanente do Esporte, presidida por Althoff e que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE), foi criada em março deste ano, após o en-

cerramento das atividades da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que, durante o ano passado, investigou irregularidades no futebol brasileiro. Entre os objetivos da subcomissão, estão a discussão do desporto nacional e a apresentação de soluções para que o esporte, principalmente o futebol, saia da atual crise.

Álvaro sugere a candidatos propostas contra desemprego

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) sugeriu aos candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais a inclusão, em suas plataformas eleitorais, de propostas para combater o desemprego, que, no momento, representa o problema mais grave que o Brasil enfrenta. Ele lembrou que, de acordo com o IBGE, 8 milhões de brasileiros estão desempregados.

— Temos o terceiro maior contingente de desempregados no mundo, atrás apenas da Índia e da Indonésia. Isso representa um vexame com o qual não podemos nos conformar — disse o senador.

Segundo Álvaro Dias, a situação do desemprego em seu estado, o Paraná, é ainda pior do que a do Brasil, alcançando 9,3% da força de trabalho, ou 400 mil pessoas. Até 2006, 350 mil jovens devem entrar no mercado de trabalho, agravando o problema, pois o crescimento da oferta de empregos no período dificilmente excederá 2% ao ano, explicou.

O senador entende que o Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (BNDES) pode representar o núcleo de um programa de geração de empregos, se seus investimentos forem direcionados para a agroindústria, a construção civil e a dinamização das pequenas e microempresas de todas as áreas. Estes são os setores onde a geração de empregos pode ser mais rápida e mais barata, afirmou.

Álvaro Dias lembrou a aprovação, pelo Senado, de projeto de sua autoria visando estimular as pequenas empresas, incentivando seu desenvolvimento e sua entrada no mercado formal, por meio da redução dos impostos e da burocracia.

— A proposta está dormindo nas gavetas da Câmara. Não sei por que os deputados têm tanta má vontade com as propostas vindas de senadores — lamentou.

O senador ressaltou a importância dos programas de aprimoramento da mão-de-obra, que, além de permitir ao trabalhador o acesso a um mercado de trabalho cada vez mais exigente, acaba atraindo investimentos.

Denúncia não prejudica aliança entre PMDB e PSDB, diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou em entrevista que a aliança entre o PMDB e o PSDB para concorrer à Presidência da República não está comprometida com a denúncia contra o ex-diretor do Banco do Brasil, Ricar-



Para Tebet, denúncias são comuns em todo processo sucessório

do Sérgio de Oliveira, que já atuou na arrecadação de recursos para as campanhas de José Serra. Tebet observou, no entanto, que os dois partidos não devem se precipitar na escolha do vice.

Segundo a denúncia, publicada na revista *Veja* desta semana, Ricardo Sérgio teria cobrado do empresário Benjamim Steinbruch uma comissão de R\$ 15 milhões pela ajuda para a formação do consórcio vitorioso no leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997.

Tebet definiu a denúncia como “altamente desconfortável”, mas observou que ainda depende de averiguação e que não tem como

entrar no mérito da questão antes das investigações e sem ouvir, “com mais clareza”, explicações dos citados.

A seu ver, até agora não há matéria suficiente para provocar a instalação de uma comissão parlamentar de

inquérito. Ele observou, no entanto, que “cabem explicações” e que o assunto tem que ser investigado.

— Ainda não ouvi Serra nem as outras pessoas citadas. É preciso aguardar. Considero José Serra um homem sério, até prova em contrário, digno e honrado — afirmou. Tebet não quis fazer uma avaliação da repercussão da denúncia na pré-candidatura de Serra, dizendo que “só quando a poeira baixar” será possível saber se a situação de Serra foi abalada.

Ele ressaltou que denúncias são comuns em todo processo sucessório e acrescentou que durante a campanha vão surgir muitos fatos “de um lado e de outro”.